



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

### **PARECER**

As GOPs e o Orçamento para 2016 foram apresentados em sede da Comissão, na reunião do passado dia 12 do corrente mês, pelo Presidente da CMO, Dr. Hugo Martins e pelo Diretor Municipal, Dr. Hernâni Boaventura.

Nessa reunião foi possível obter os esclarecimentos necessários face às questões colocadas pelos diversos membros da Comissão.

Considerando a importância dos documentos em análise e tendo em conta as dificuldades em que o país se encontra, importa salientar, no contexto e no âmbito desta comissão, alguns aspetos relevantes constantes nas mesmas,

Assim, a comissão reunida em 18 de novembro de 2015, destaca os seguintes pontos:

1. Há projetos para investimento em Infraestruturas e em áreas estratégicas municipais, de que é exemplo o espaço público;
2. Verifica-se a intenção no sentido da consolidação orçamental e consequente diminuição da dívida seja a fornecedores, seja a dívida a médio e longo prazo;
3. Continuação da aposta em áreas prioritárias como a Educação, Saúde e Ação Social, sendo de realçar nesta área o projeto do Centro de Saúde de Odivelas;
4. Prossecução do Investimento em equipamentos ligados ao sector económico, tais como o caso do Mercado de Caneças e a Feira da Arroja, indo ao encontro do sugerido por esta Comissão, no Relatório das Feiras e Mercados Municipais.

Estas são posições consensuais, no entanto,

**Os representantes da bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária nesta Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros declaram:**

1. As explicações que foram dadas a esta Comissão, esclareceram uma boa parte dos documentos em apreço.
2. Assim, consideramos que este Orçamento e as Grandes Opções do Plano, têm muito de virtual e pouco de real, isto é, continua a contabilizar a verba devida

para a instalação do Município, mesmo considerando as justificações que sobre o assunto foram prestadas.

3. Uma grande maioria das obras propostas para o próximo ano, transitam do Orçamento anterior e perspectiva-se a sua conclusão nos anos seguintes, com verbas simbólicas, em definido e uma grande parte, em indefinido, tendo o seu financiamento indexado ao Plano de Desenvolvimento Estratégico 2020, cujas candidaturas são de fraca consistência.
4. Não encontramos nestes documentos saída para muitos dos problemas que os Odivelenses reclamam, os quais lhes vêm sendo prometidos e constantemente adiados.
5. Pelo exposto, este não é o Orçamento e as GOPs que gostaríamos de estar a apreciar, com vista ao desenvolvimento do Concelho de Odivelas.

**Os representantes da bancada do Bloco de Esquerda nesta comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros considerando a complexidade da informação em análise, salienta três questões nas opções do executivo municipal para 2016:**

1. Na esmagadora maioria das obras cabimentadas para o ano de 2016, parte determinante do seu financiamento e consequente execução está dependente das candidaturas apresentadas no âmbito dos apoios da estratégia 20/20. Ou seja, a execução da maioria dos investimentos projetados não depende do executivo municipal e acima de tudo, tendo em conta os esclarecimentos que já todos tivemos conhecimento, muito dificilmente serão efetivamente realizados.
2. Permanece o registo das indemnizações relativas à criação do município, apesar dos tribunais, em primeira instância já terem negado razão à Câmara Municipal de Odivelas. Esses quase 19 milhões de euros continuam, dessa forma, a enviesar o orçamento municipal. Após 2 relatórios do IGF recomendarem a retirada destes valores, o executivo insiste na sua manutenção, por razões estritamente políticas.
3. No "grande plano" da reconstrução do Centro Histórico de Odivelas, continuamos à espera dos esclarecimentos em relação aos benefícios fiscais inscritos no relatório que fundamenta esse mesmo plano.  
Esclarecimentos esses que carecem de parecer da Administração Tributária de forma a clarificar e justificar as propostas do executivo municipal.

**Posição expressa pelo membro da bancada do CDS-PP:**

1. A opção política em manter a inscrição no Orçamento, da verba de 18,3 milhões de euros que a Câmara Municipal reclama da “Instalação de Odívelas a Concelho”, porque poderá condicionar o cumprimento da legislação relativamente às execuções orçamentais das autarquias locais e que prevê a obrigatoriedade de uma execução orçamental mínima de 85%.
2. A possibilidade do endividamento do Município ser aumentado em mais de 20,5 milhões de euros como consequência da resolução da empresa público-privada Odívelas Viva, ainda que a proposta da Câmara Municipal seja a opção mais assertiva.
3. As verbas consubstanciadas na candidatura “Reabilitar para Arrendar” - uma linha de financiamento a 30 anos com 10 anos de carência – serão apenas utilizadas em três obras, a saber: a requalificação/consolidação do imóvel da Quinta do Espírito Santo, na cidade de Odívelas; construção do Centro de Interpretação das águas de Caneças e reabilitação da Quinta das Águas Férreas, estas duas obras no domínio da freguesia de Caneças.
4. Excluindo o valor inscrito no Orçamento Municipal de 1.662.000 Euros de comparticipação financeira da autarquia para a construção do Centro de Saúde de Odívelas, não se inscreve a previsão do início das obras estruturantes para o concelho já apresentadas nas Grandes Opções do Plano para este ano de 2015 e que subsistem no papel, sem que nenhuma delas se tenha iniciado e que, agora, dependem quase exclusivamente dos subsídios comunitários consubstanciados, no Plano de Desenvolvimento Regional designado por “Estratégia Portugal 20-20”.
5. Recorda que as críticas que fez à iniciativa de concessionar o abastecimento de água e a drenagem das águas residuais se revelam, agora, como certas, já que o orçamento prevê mais de 350 mil euros para indemnizações aos concorrentes ao concurso que chegou a ser aberto.

Odívelas, 18 Novembro de 2015

O Coordenador da Comissão  
de Assuntos Económicos e Financeiros



António José Achando Ramos